



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº Solene I

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2004 ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PPB.....	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS.....	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO SOLENE DE
INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
REALIZADA EM
16 DE FEVEREIRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara instalado o período de Sessões Ordinárias da segunda Sessão Legislativa da décima quinta legislatura, sob a proteção de Deus iniciam-se os trabalhos, ocasião em que S. Exa. o senhor governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, atendendo dispositivo constitucional, procederá à leitura da mensagem que dará conta da situação do Estado e solicitará providências que julgam necessárias.

Designo a Comissão composta por S. Exas.: senhoras deputadas Elza Correia, Cida Borghetti e Luciana Rafagnin para acompanhar o senhor governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, a este plenário.

É com a máxima satisfação que anuncio a composição da Mesa: Exmo. Sr. deputado Hermas Brandão, presidente da Assembleia Legislativa do Paraná; Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Orlando Pessuti, vice-governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. desembargador Jonny de Jesus Campos Marques, representando o

desembargador Oto Luiz Sponholz, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. juiz Ervin Fernando Zaidler, procurador-geral da Justiça em exercício; Exmo. Sr. Sérgio Botto de Lacerda, procurador-geral do Estado do Paraná; Exmo. Sr. juiz Fernando Elzo Ono, presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Exmo. Sr. conselheiro Henrique Naigeboren, presidente do Tribunal de Contas do Paraná; Exmo. Sr. deputado Nereu Moura, 1º secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. deputado Geraldo Cartário, 2º secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(É feito um minuto de silêncio pelo falecimento da poetisa Helena Kolody)

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro, a ser cantado pelo Coral Paraná e executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná.

(É executado o Hino Nacional)

Exmo. Sr. governador Roberto Requião de Mello e Silva, demais autoridades que compõem a nossa Mesa Diretiva, senhores parlamentares, senhores secretários, nossos queridos visitantes que nos honram com as suas presenças.

É com grande alegria que, na condição de presidente do Poder Legislativo do Estado do Paraná, declaro aberto o Ano Legislativo de 2004, em que comemoramos os 150 anos de atuação desta Casa.

Pois se hoje nos reunimos, é porque o 15 de julho de 1854 impôs um relevo cronológico à história do Paraná. Nessa data instalava-se o Poder Legislativo Provincial, então o único dos poderes em que seus membros eram eleitos pelos cidadãos. Tal representatividade teve efeitos imediatos sobre a vida da jovem Província. A 26 de julho de 1854, poucos dias após o início dos trabalhos, esta Casa votava e aprovava a Lei nº 01, que fazia da cidade de Curitiba a Capital do Paraná.

Consequência direta do 19 de Dezembro de 1853, a data de fundação deste Poder se soma, portanto, à da criação da Província e à da instalação da Capital como marco a nos separar das provisoriedades que a condição de comarca nos impunha. Ali não apenas nascia formalmente o Paraná agora dono de vida própria, como teria início a invenção paranaense.

Nossa identidade, nossas contribuições para a construção nacional, os desafios e responsabilidades que nos impõe a contemporaneidade, é disso que tratamos quando comemoramos as datas de nossa fundação.

E tudo isso, senhoras e senhores, está estreitamente ligado à representação popular, princípio essencial da democracia que torna legítima as ações por esta Casa desenvolvidas.

A democracia, sabemos todos, só é plena se nela são observadas duas condições essenciais. A primeira

delas é a preservação da autoridade, dos códigos morais publicamente reconhecidos, cujas raízes estão profundamente ligadas às melhores tradições de nosso povo.

A segunda condição essencial, vinculada à primeira, é o respeito ao princípio da independência, que da autoridade se alimenta e a ela sustenta.

A autoridade que emana da vontade popular e a independência que em seu nome deve ser exercida serão sempre, senhoras e senhores, os alicerces sobre os quais esta Casa se assenta.

A segurança pública, indispensável para a preservação da ordem institucional, é a razão primeira que justifica a existência do Estado, entendido como o conjunto dos Poderes.

Sem segurança pública não há ordem. Sem ordem, não há respeito às leis. E, fora da lei, não há democracia.

E aqui desejo reafirmar que ao Executivo jamais faltará o apoio do Legislativo se e quando este se fizer necessário para a solução de questões como esta.

A força do povo paranaense tem feito nosso Estado avançar, senhoras e senhores. A agricultura, esteio de nossa produção, é forte e competitiva. A indústria é, hoje, responsável por parcela indispensável de nossas riquezas.

Comércio e serviços são setores em que mostramos nossa excelência e capacidade de competir. Nossas instituições estão fortalecidas e, com elas, nossa capacidade de manter em pleno funcionamento as engrenagens que movem nossa sociedade.

Mas, se os indicadores - que nos dão a saber a saúde de nossa economia - mostram que nos destacamos na comparação com outros Estados, é inegável, contudo, que sofremos as consequências de um contexto nacional.

Em 2003, 8% de tudo que o país produziu foi gasto no pagamento de juros da dívida federal. Responsável por 7% da riqueza nacional, o Paraná pagou seu tributo, de forma compulsória, a essa política econômica cujos equívocos são postos a nu pela taxa de desemprego, pela ausência de investimento, pelo crescimento próximo de zero.

À indispensável responsabilidade fiscal, senhoras e senhores, deve-se somar, neste 2004, a responsabilidade de caráter social. Os bons números da grande economia precisam se traduzir em mais empregos e mais renda na vida de cada cidadão. A razão é simples: o saldo positivo nas contas públicas, gerado com o trabalho de toda a sociedade, só se sustenta com crescimento.

Há que se fazer mais e melhor! E o Paraná pode indicar o caminho, acelerando o investimento na transformação da produção primária em nosso próprio Estado.

Nas próximas semanas, como a cada safra, as filas de caminhões carregados de grãos a caminho do Porto de Paranaguá serão, novamente, notícia nacional.

É a fila da produção recorde, da geração de divisas, da riqueza que irriga a nossa economia, gera trabalho, renda e tributos.

Mas deve ser, também, motivo para a nossa reflexão. Devemos indagar sobre os empregos que seriam

gerados se ao menos parte dessa produção fosse transformada no próprio Paraná. Sim, porque a fila de caminhões carregando produtos com valor agregado deixaria um rastro de empregos e renda ainda maior.

A tarefa de pensar, propor, realizar e transformar a realidade cabe a todos nós. E esta Casa de Leis, que faz deste plenário espaço nobre para o trabalho parlamentar, certamente cumprirá com sua missão.

Para tornar a ação parlamentar mais ágil e eficaz, este será um ano de investimento na oferta de melhores condições de trabalho para deputados e deputadas, funcionários e, também, para todos os que fazem desta Casa espaço de representação e, por vezes, reivindicação.

Assim tem sido nos 150 anos desta Casa, sempre afinada com o pulso da sociedade, mesmo que isso tenha significado, em ocasiões nas quais a democracia saiu derrotada, sofrer com a suspensão das sessões e dos debates.

Casa de Leis, da Liberdade e, também por isso, dos despossuídos que não têm a quem mais recorrer, o caminho percorrido pelo Legislativo nesse século e meio de história é o da representação popular.

Governadores, senadores, ministros tiveram assento aqui antes de seguirem suas trajetórias, numa confirmação desta Casa como espaço privilegiado para o exercício político.

Neste 2004, o segundo da 15ª Legislatura, não será diferente. A qualidade do atual quadro parlamentar é tão expressiva, senhoras e senhores, que certamente veremos várias e importantes cidades paranaenses administradas por deputados e deputadas estaduais.

E isso nos faz lembrar do sentido de transitoriedade comum a todos nós, do qual jamais devemos nos esquecer.

Ao contribuir para a transformação da sociedade e, com ela, também mudar, tornando-se a cada nova Legislatura um mosaico das aspirações populares, esta Casa contribui para a busca de uma identidade paranaenses.

O eco de tais mudanças, senhoras e senhores, pode ser ouvido nos corredores, nos diferentes sotaques, crenças e na defesa de idéias. E se o que fizemos, por vezes, parece bastante, é preciso olhar o horizonte de nossos dias para ter a certeza de que ainda muito podemos construir.

Muito obrigado!

O Coral Paraná cantará a música “Gralha Azul”.

(Execução da música “Gralha Azul” pelo Coral Paraná)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do Estado do Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO

Exmo. presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado Hermas Brandão; Exmo. desembargador Jonny de Jesus Campos Marques, que representa o

presidente do Tribunal de Justiça; Sr. vice-governador Orlando Pessuti; deputado federal Cezar Silvestri, que representa a Câmara Federal; Exmo. Sr. Ervin Fernando Zaidler, procurador-geral da Justiça em exercício; Exmo. Sr. Sérgio Botto de Lacerda, procurador-geral do Estado do Paraná; juiz Fernando Eizo Ono, presidente do Tribunal Regional do Trabalho; conselheiro presidente do Tribunal de Contas, Henrique Naigeboren; deputado Nereu Moura, 1º secretário da Assembléia Legislativa do Paraná; deputado Geraldo Cartário, 2º secretário.

Quarenta dias depois de ter tomado posse, vim a esta Assembléia para fazer aos senhores um relatório do estado de coisas que o meu Governo herdou e, também, para expor idéias, plano e reafirmar compromissos.

Hoje, um ano depois, pretendo concentrar a minha fala no que realizamos nos primeiros doze meses de Governo. Foram avanços significativos. Isso não quer dizer que o peso da herança deixou de preocupar ou de pressionar a administração. As marcas dos desmandos, da irresponsabilidade são ainda profundas. E, vez e outra, mais vezes do que o desejável, surpreendem-nos uma nova conta nesse longo, interminável rosário de desvios, equívocos e irracionalidade.

Na primeira vez que estive aqui, em minha primeira mensagem, dizia aos senhores que o nosso Governo seria marcado por uma clara, inequívoca opção pelos mais pobres. Que seríamos um Governo de mudanças, de transformações, de rompimento. Uma ruptura de estilo, de forma e de conteúdo com o modelo imposto, aqui e no país, por mais de um decênio.

Assim estamos fazendo.

De um lado, recuperamos o caráter público do Estado e sua capacidade de planejar, de pensar e de colocar em prática políticas que satisfaçam as demandas dos paranaenses, que promovam a inclusão daqueles que o modelo de mercado pôs à margem. De outro, desencadeamos uma série de ações para atender já, de imediato, aqueles paranaenses remetidos além da linha da miséria.

O Programa Leite das Crianças já está em 145 municípios. Estamos atendendo mais de 63 mil crianças de 6 meses a 4 anos que viviam sob o risco da desnutrição. Até julho, o programa vai estar em todos os municípios paranaenses, a um custo de 45 milhões de reais, um pouco menos do que somos obrigados a pagar ao Governo Federal, todos os meses, pelo rombo do Banestado.

Enquanto falcatruas multinacionais desorganizam a nossa pecuária leiteira, o programa Leite das Crianças organiza e viabiliza a pequena pecuária leiteira paranaense. Alimenta as crianças e dá vida aos nossos produtores rurais.

O Programa Luz Fraterna já chegou a 236 mil residências, beneficiando com energia elétrica de graça cerca de um milhão de paranaenses de famílias pobres. Não é possível entender que os de menor renda sejam excluídos do conforto da energia elétrica, um dos sinais distintivos da civilização moderna.

O Programa Luz Fraterna só foi possível porque estancamos o processo de desmonte da Copel e renegociamos contratos que estavam ameaçando a existência da empresa.

A volta da Sanepar ao controle público permitiu que ampliássemos fortemente a tarifa social da água. Hoje, um milhão, quatrocentos e quarenta mil paranaenses pagam apenas 5 reais pela água tratada que consomem. Quer dizer, o saneamento básico volta a fazer parte da política pública neste Estado.

Água e esgoto tratados significam menos procura pelos serviços públicos de saúde, já que as doenças infectocontagiosas, resultantes da falta de saneamento, são as mais freqüentes nas filas do SUS, dos postos de saúde, dos hospitais.

Tanto o programa Luz Fraterna quanto a Tarifa Social da Água constituem poderoso mecanismo de transferência de renda. São na verdade, com certeza, os maiores programas de transferência direta de renda do país. À medida que deixam de pagar a luz e pagam apenas 5 reais pela água, as famílias mais pobres do Paraná podem usar o dinheiro não gasto em alimentação, vestuário, educação e outras despesas.

Essas ações de solidariedade foram acompanhadas de uma agressiva política de estímulo à produção e à criação de empregos. Porque incluir não é apenas assistir. A inclusão se faz principalmente com emprego, salário, distribuição de renda e ações que espalhem o desenvolvimento econômico e seus benefícios por todo o Estado.

A nossa proposta de trocar imposto por emprego revelou-se amplamente vitoriosa. Micro empresário não paga mais imposto no Paraná. Os pequenos empresários tiveram o seu ICMS cortado de forma significativa. Das 170 mil empresas cadastradas como contribuintes do ICMS, 127 mil foram beneficiadas.

Cortamos também o ICMS incidente sobre a comercialização de materiais de construção, sobre a cesta básica, eliminamos o imposto na importação de bens de capital.

No entanto, uma das iniciativas de maior peso foi a anulação da diferença entre as alíquotas internas e interestadual nos negócios entre contribuintes. Com a implantação desta medida, provocamos uma verdadeira revolução nas relações da indústria e comércio estadual, favorecendo a “paranização” das compras e incentivando a habilitação e a qualificação de novos fornecedores em nosso Estado.

Segundo a Federação das Indústrias do Paraná, essa medida fez com que as compras internas de insumos industriais tivessem um forte incremento, estimulando a criação de novos empregos. Registre-se que, 2003, o nível de emprego na indústria paranaense cresceu 5,2%.

Mais ainda: conforme o IBGE, em dezembro de 2003, o comércio varejista paranaense cresceu 6,97%, o segundo maior crescimento do país e o dobro da média nacional. No acumulado do ano, enquanto a média nacional apresentou um índice negativo, menos 3,68%, o

Paraná foi um dos índices positivos nas vendas comerciais.

Retomamos também um programa de grande êxito em nossa primeira gestão, o programa Bom Emprego Fiscal. Ele consiste na dilação do ICMS resultante de novos investimentos pelo prazo de 48 meses, com pagamento também nos 48 meses sucessivos, sem juros e somente com a reposição dos índices de desvalorização da moeda no período.

O percentual do novo ICMS varia em razão da localização do estabelecimento industrial. Quanto mais pobre a região - avaliada pelo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, maior a fatia do imposto a ser diferida. A norma vale tanto para novos empreendimentos como para os empreendimentos já instalados e abarca, por igual, empresas brasileiras e estrangeiras. Mas nenhuma empresa estrangeira tem no Paraná, hoje, um benefício que não possa ser igualmente dado a uma empresa paranaense e brasileira. Aliado a este programa, um outro benefício, o adiantamento do pagamento do imposto da energia elétrica, o ICMS, por 24 meses, com pagamento igualmente parcelado nos 24 meses subsequentes. É a rigor mais um reforço importante no capital de giro das empresas. Todas essas iniciativas, enfim, fazem com que o imposto não tenha apenas a sua função primária, de oferecer recursos ao Tesouro, mas também a de atuar como eficaz instrumento de geração de emprego e distribuição de renda.

É preciso ainda registrar o forte impacto sobre a nossa economia, da decisão de não aplicar o aumento de 25%, durante o ano de 2003, na conta da energia elétrica. A renegociação vantajosa de alguns contratos da Copel permitiu, que dispensássemos o aumento autorizado pela Aneel. Isto fez com que deixássemos circulando na economia paranaense mais de um bilhão e 200 milhões de reais, que arrecadados engordariam desnecessariamente o dividendo de acionistas de oportunidade, que satisfizeram os seus apetites à exaustão nos leilões do governo, que me antecedeu. Não é à toa, que entre as razões apontadas para que o Paraná tivesse um crescimento positivo, em 2003, está a não concessão do aumento de 25% na conta de energia.

Este conjunto de medidas criou um ambiente otimista e propício aos investimentos. Alia-se a isso as fantásticas safras que colhemos e temos o PIB paranaense crescendo, 3.1% contra o magro crescimento de 0,2% da economia brasileira.

Os êxitos, os grandes êxitos que tivemos, em 2003 no campo econômico e social, nem sempre mereceram da mídia, especialmente a chamada grande imprensa nacional o destaque correspondente. Pelo contrário, ao longo do ano, multiplicaram-se os ataques ao Paraná e ao seu governador, principalmente, em razão das mudanças que fizemos na gestão pública, na retomada clara das prerrogativas do Estado.

A desprivatização do Estado que levamos a efeito fez com que os interesses privados deixassem de ser os

indutores, os condutores da ação governamental. Contrariados, grupos econômicos, o tal dos mercados e seus porta-vozes reagem de forma agressiva, despuída e buscam confundir a opinião pública semeando a desinformação e a mentira. Parece que não entenderam ainda, os grandes órgãos neoliberais que perderam a eleição, que o Paraná e o Brasil votaram pela mudança, que os brasileiros votaram aqui e na República em uma outra proposta, que os anos do desembestado do reino do mercado sobre todas as coisas chegou ao fim ou, pelo menos, esperamos nós que esteja chegando ao fim. Inventaram até mesmo um tal de risco Paraná ou risco Requião para classificar as medidas que tomamos em defesa do interesse público, em defesa da primazia dos interesses do povo sobre o interesse imoral dos especuladores!

O mais triste é ver que aqui no Paraná, por mesquinhos interesses políticos eleitorais alguns ecoam, repercutem, dão guarida à contrariedade da especulação e dos jogadores do mercado!

Senhores deputados, ainda mais uma vez, faço um breve relato das tantas batalhas que o Governo do Paraná trava em defesa do interesse público: há um ano atrás, em minha primeira mensagem a esta Assembléia, dizia que três contratos de compra de energia, absolutamente insustentáveis do ponto de vista ético ou moral colocavam em risco a sobrevivência da Copel. Mantidos estes contratos a Copel não pagaria a folha em março do ano passado e entraria em falência em outubro do ano de 2003, suspendi o pagamento dos três contratos e chamei as partes à negociação. Foi um Deus nos acuda! Editoriais raivosos, matérias pagas, reportagens claramente dirigidas, debates em rádios e televisão empilharam toda sorte de acusações ao nosso Governo.

Consultores e analistas, esses desfrutáveis, deitaram a falação ociosa e medíocre de sempre e não faltou até mesmo quem falasse em suspensão de investimentos estrangeiros no Brasil, por conta do risco Paraná.

O que, em síntese, prescreviam estes três contratos? Eles obrigavam a Copel a comprar 1300 MW de energia elétrica, produzida por terceiros, ainda que ela precisasse de apenas 100 MW para completar suas necessidades. Isso sem falar na famosa cláusula: - "Take or pay", ou seja, pega e paga, não pega e paga mesmo não pegando, que manda pagar pela energia mesmo que ela não seja utilizada, e isso por 20 anos, embora a previsão da energia contratada tivesse como horizonte o ano de 2012 e com pagamento em dólares contrariando e ferindo profundamente a nossa Constituição! Ainda assim, diante de tamanha aberração, não havia no mercado quem falasse em risco, no risco da Copel simplesmente desaparecer sufocada por contratos imorais e irresponsáveis!

Dos três contratos renegociamos dois, com ampla vantagem para a Copel. Com a espanhola argentina empresa Cien reduzimos o dispêndio anual de 750 milhões de reais para menos da metade, ou seja, o que a Copel deixará de pagar em um único ano cobre 15 anos do programa Luz Fraterna, em apenas um ano! A dolar-

ização da tarifa foi eliminada, assim como a cláusula “Take or Pay” assim como a vigência do contrato foi reduzida de 20 para 7 anos apenas com a negociação feita com a pressão de um Governo forte e responsável, firme na defesa dos interesses populares.

Com a norte-americana NGR Energy, proprietária da hidrelétrica de Itiquira, o acordo também foi vantajoso - o preço da energia comprada pela Copel foi reduzido em 20%. Por 11 anos a Copel passa a ter a titularidade de 107 MW de energia firme em Itiquira, pagando um preço bastante em conta além do que foi retirada da operação a figura do interveniente que os senhores deputados conhecem à exaustão, a mal afamada empresa Tradner.

Só não foi possível ainda um acordo com a norte-americana El Paso, dona de 60% da usina termelétrica a gás de Araucária. Levamos o contrato à Justiça pelos absurdos que envolvem a construção e a operação da usina. Abro um parêntese para dizer que fomos respaldados de forma firme e intransigente pela Justiça do Paraná. E a El Paso com a insistência de levar o caso a um Tribunal Privado arbitral de Paris está sendo penalizada com a multa de 200 mil reais por dia, imposta pela Justiça Federal. Feita para utilizar o gás boliviano, o único disponível, de repente descobrimos que os equipamentos da tal usina eram incompatíveis com aquele gás. Quando falo em descobrimos, quem descobriu foi o Governo que me antecedeu. Ao preço de 60 milhões de dólares, 42 milhões de obras, 20 milhões de consultoria edifica-se uma unidade de processamento do gás boliviano para torná-lo acessível às turbinas da Uega.

Sessenta e dois milhões financiados para uma usina de processamento de gás, dinheiro da Copel, dinheiro da tarifa, dinheiro do povo do Paraná. Mas as surpresas não cessaram de aparecer. Fez-se em seguida uma nova e fantástica descoberta: a ciclagem da usina termelétrica de Araucária revela-se diversa da ciclagem brasileira. Esta usina funcionaria bem nos Estados Unidos. Não aqui. E se entrasse em operação poderia, como em um castelo de cartas, no momento de uma crise de baixa ciclagem, perfeitamente admissível pelas pesadas turbinas termelétricas, poderia, como em um castelo de cartas, derrubar o sistema nacional. A Uega nunca funcionou, nunca produziu um watt de energia. Ainda assim a El Paso quer que paguemos a ela 25 milhões de reais por mês pela energia jamais fornecida. É um contrato assim que esses Jornalões essas Gazetas Mercantil, Valor, esses arautos do neoliberalismo, esses corifeus do *pacta son servanda*, mesmo que o pacto seja para uma *societas*, querem garantir contratos. É um contrato assim que querem que o povo do Paraná pague. É um contrato assim que o mercado e os jornalões exigem que paguemos.

O que narrei sobre as trapalhadas na construção e operação da Uega nunca vi reportado na mídia que tanto me critica por ter suspenso o pagamento das parcelas mensais da El Paso. A mídia brasileira é impermeável à verdade e aos fatos. E a mídia das grandes empresas. São

os jornalões submetidos ao dinheiro dos grandes investidores e dos grandes anunciantes. Criticam, atacam, mas sonegam informações das razões que me levaram à decisão. Querem que eu cumpra o contrato e pronto, mesmo que isso seja equivalente a um assalto à mão armada aos cofres públicos.

Amanhã vou à França para acompanhar no tal Tribunal Arbitral de Paris a nossa pendência com a El Paso. Vou lá para dizer que as leis e a justiça brasileiras estão acima de maracutaia internacionais formuladas por grupo corruptos com governos corruptos ou no mínimo irresponsáveis, que acima de tudo está a legislação brasileira, os nossos tribunais e a nossa Constituição. Vou dizer a eles que não devem aceitar o pleito, porque a justiça brasileira não está disposta a aceitar imposições de Tribunais Arbitrais que atropelam a nossa Legislação. Vou a Paris dizer a eles que o Brasil tem um Governo novo e que o Paraná acima de tudo tem um Governo que respeita contratos, que respeita legislação. Mas que não se acovarda diante de pressões internacionais que aumentaram a estúpida conta de energia que já é paga pela população.

Outro contrato que anulei, que tanto provocou a ira do mercado, foi o pacto de acionistas, que dava ao sócio minoritário o controle da Sanepar. Um acordo irregular feito contra tudo que determinava a lei. A Assembléia, na legislatura passada, a meu ver de forma indevida, autorizou a venda de 40% das ações da Sanepar, mas expressamente na lei determinou que o controle da empresa fosse mantido nas mãos do Estado. Fizeram o leilão, uma única empresa apareceu no leilão.

E depois do leilão o secretário da Fazenda, sem autorização da lei ou da Assembléia, sem a assinatura do governador do Estado, num pacto de acionistas delega o comando da empresa ao grupo privado. Aconselhado por importantes juristas brasileiros e sabendo que em questão de direito não existe contraditório. Existe apenas como vasta jurisprudência do STF, consolida e determina a aplicação da lei e baseado na súmula 473, decretei a nulidade do contrato e assumi, em nome do povo do Paraná, o controle da empresa, que de lá para cá já validou mais de um bilhão e quatrocentos, um bilhão e quinhentos milhões de reais de contratos e ações administrativas. Ora, muito bem, mesmo que a lei autorizasse a alienação, o edital do leilão não previa o tal pacto de acionista.

Apenas um grupo entrou no leilão. Centenas, dezenas de outros entrariam se soubessem que estavam comprando por preço vil, por uma parcela medíocre do valor patrimonial, bem abaixo do valor patrimonial. Num cálculo que não levava em conta o valor das concessões. Não apenas algumas ações, mas o controle da empresa nulo de pleno direito da forma mais absoluta. E esta pendência está, aí, hoje, nas mãos do Tribunal de Justiça do Paraná e tenho confiança que de posse das informações completas os nossos desembargadores farão valer não apenas o interesse público, não apenas o direito e a justiça, mas acima de tudo, os interesses do Estado do

Paraná contra os interesses de quadrilhas nacionais e internacionais, que se valendo da irresponsabilidade ou da corrupção, tentaram se apossar da nossa Companhia de Saneamento do Paraná.

A submissão do Estado, sócio majoritário a grupos privados, sócios minoritários, fazia com que a Sanepar tivesse desvirtuado a sua missão. A maximização dos lucros passou a ser o objetivo central. E para que isso fosse alcançado só havia dois caminhos: o caminho da lucratividade da empresa privada, corte nos investimentos e aumento das tarifas. E com isso o povo sofreria pesadamente.

A tarifa social que já havia alcançado, no meu governo anterior, 260 famílias foi reduzida para 40 mil famílias. É bem verdade que, agora, no comando da Sanepar, elevamos a tarifa social de 5 reais a 360 mil famílias paranaenses. Uma das conseqüências da retomada do controle público da Sanepar é esta ampliação da tarifa social. Hoje um milhão quatrocentos e quarenta mil paranaenses estão sendo beneficiados com a nova tarifa. A Sanepar não existe para dar lucro a especuladores, aos jogadores da Bolsa hoje contrariados com a volta do Poder Público ao comando.

Imaginem os senhores se é possível admitir que um grupo de especuladores da Bolsa, tentem no comando de uma empresa pública, aumentar os seus lucros em cima do saneamento básico que não chega ao conjunto da população pobre do Estado do Paraná. Ao saneamento básico que não chega à maioria absoluta da população do Estado do Paraná. É o lucro em cima da miséria, é o lucro em cima do tratamento de esgoto, é o lucro aumentando o preço do tratamento de esgoto instalado e diminuindo a capacidade de investimento da empresa. A ousadia do mercado chegou a ponto de reclamar, espernear porque resolvemos aumentar o capital da empresa.

Esses minoritários, um grupo de banqueiros, uma empresa francesa e uma empreiteira - a Andrade Gutierrez, revoltaram-se porque queriam que o Estado não alargasse a sua participação na empresa. Que capitalismo é esse? Que história é essa de impedir que o Estado capitalize a empresa, fortaleça-a e dê a ela condições de antecipar o cumprimento de metas, atendendo à demanda reprimida de obras de saneamento no Estado? Ora! Que eles também aumentem sua participação. Se este é o jogo do mercado, que façam o jogo do mercado! Nós temos dentro da Sanepar 400 milhões de reais aplicados. Uma provisão antiga para aumento de capital. Não querem que a Sanepar pague ao Estado. E não querem que o Estado aumente o capital da Sanepar, para continuar no comando, se valendo desta alavanca de dinheiro público, para aumentar seus dividendos.

Outro momentoso contrato é o fantástico, o maravilhoso, o inacreditável, o inovidável contrato dos pedágios. Sem conhecer o assunto, sem ler os contratos, ignorantes da auditoria que o Governo do Estado fez nas concessionárias, aferram-se dogmaticamente, com visei-

ras fundamentalistas ao princípio do *pacta sunt servanda*, todos os contratos devem ser respeitados.

As tarifas do pedágio, no Paraná, não podem continuar tão altas assim. Nada as justificam. Os nossos agricultores, as nossas indústrias, o comércio, os consumidores, não podem continuar submetidos à exploração absurda do pedágio. A auditoria revelou a prática continuada de fraudes, de desvios que acabam tendo forte influência no preço da tarifa, nos 2500 km de estradas pedagiadas, as concessionárias arrecadam, em média, 470 milhões de reais por ano. Para bem conservá-la, para conservá-la exemplarmente, como um tapete. Os 10 mil km de estradas estaduais, o Governo do Estado precisa investir cerca de 70 milhões de reais por ano.

Será que ainda existe alguém, no Paraná ou nesta Assembléia, que não percebeu o escândalo da arrecadação do pedágio, em relação ao que se gasta na conservação rotineira das estradas, quando na verdade as concessionárias nada mais fazem do que recapar alguns trechos, tapar buracos, cortar mato e pintar asfalto! Mais ainda: em média, as concessionárias reverterem apenas 30% do que arrecadam em obras e benefícios aos usuários. O restante é lucro.

São gastos, com administração e pagamento de juros de empréstimos que fizeram no BNDES. Isto mesmo! Grande parte do dinheiro que as concessionárias dizem ter investido foi tomado sob as generosas condições do próprio Governo Federal. Dinheiro público para explorar o público. Esta é a privatização à brasileira. Ou a "privataria", como define o jornalista Hélio Gaspari.

Por fim, um quarto contrato, o contrato que leiloou por 25 milhões de reais uma ferrovia que custou um bilhão de reais, construída em meu primeiro Governo, em parceria com o nosso Exército Brasileiro, a Ferroeste acabou sendo doada por um preço vil e ainda assim não cumpriram as tímidas condições do leilão que venceram e que participaram com exclusividade. Uma semana antes de o Governo Federal fazer o leilão das estradas federais, o Governo do Paraná, elegantemente, faz o leilão da Ferroeste, estrada estadual, que para sua operação dependia da interligação com as rodovias federais, uma vez que era, na verdade, um fim de linha beneficiando o transporte de grãos de Cascavel até o porto de Paranaguá, ligando Cascavel até Guarapuava.

Como alguém pode por-se a favor de um tram-bique tão monumental? A Ferroeste foi doada por um preço vil e ainda assim não pagaram o presente.

Como alguém pode por-se a favor de um tram-bique tão monumental? Estou lançando um apelo aos nossos empresários, aos agricultores, às cooperativas. Convoco o Fiep, a Faep, a Fetaep, a Ocepar para que, junto com o Governo, estabeleçam um modelo de gestão público-privado da Ferroeste. Ela foi feita para baratear o frete e tornar o produto paranaense mais competitivo. E assim deve ser.

Esses são os tais contratos de que tanto falam. Agi e estou agindo com a responsabilidade de governador dos

paranaenses, cumprindo o que determina a lei, em defesa do interesse público, sem medo de ser brasileiro, sem medo dos arreganhos do mercado.

Ah, sim! FAlei aqui ano passado dos contratos de informática. Anulei perto de 500 milhões de reais em contratos do gênero. O mais espantoso é que isso não afetou em nada o funcionamento do Estado. Um outro espanto: poucos dos que tiveram esses contratos anulados reclamaram do cancelamento.

Os senhores também se lembram de que, na mensagem de fevereiro de 2003, falei sobre os restos a pagar, sobre a suspensão desses pagamentos até que fosse verificada a sua legalidade. Pois bem, senhores, permaneceram lá na Secretaria da Fazenda mais de duzentos milhões de reais de restos a pagar não reclamados por ninguém. Acredito que seja desnecessário qualquer comentário sobre o fato.

E ainda há quem chame isso tudo de “risco Paraná”, “risco Requião”.

O risco, na verdade, o grande risco seria a omissão, a conivência, a passividade. A pior traição que um governante pode fazer é a de capitular diante da realidade. Ceder aos fatos. Adaptar-se às circunstâncias.

Tive como um de meus lemas de campanha o compromisso da mudança. E assim governo. A realidade está aí para ser transformada e não para que os governantes submetam-se, curvem-se e sejam domesticados pelas pressões.

Senhoras e senhores deputados, gosto sempre de lembrar que comecei a minha vida pública no Legislativo, nesta Casa. Tenho por este Poder respeito e estima. A parceria entre esta Assembléia e o Executivo é essencial para que o povo paranaense seja atendido em tudo o que exige e é de seu direito. No centro de nossas preocupações estarão sempre as pessoas. Porque um governo só tem sentido de ser, só merece o respeito, só deve ser sustentado e apoiado se tiver como princípio, meio e fim os interesses populares.

O mercado, ora o mercado.

O mercado, que fique o mercado com os mercados porque o povo do Paraná, o povo do Brasil não é mercadoria. O mercado com os mercadores, o interesse público com os governos sérios que nos últimos pleitos foram levados ao comando dos Estados e ao comando do País. Peço ao meu vice-governador e secretário da Agricultura, Orlando Pessuti, que entregue ao presidente da Assembléia o anteprojeto de lei, que é traduzido numa mensagem governamental, para oficializar o Fundo de Aval. Se o Plano de Cargos e Salários dos professores é essencial para o nosso magistério, o Fundo de Val é capital para a sobrevivência e valorização da agricultura familiar.

Iniciamos com 15 mil agricultores e pretendemos chegar, ao longo do Governo, com 300 mil agricultores beneficiados com aval do Estado.

E peço ao secretário da Casa Civil, Caíto Quitana, que entregue ao presidente da Assembléia a mensagem em que o Governo solicita aos senhores deputados, autorização para utilizar os cerca de 400 milhões de reais que o Estado do Paraná tem dentro da Sanepar, para ampliação do capital da empresa, liberando a empresa dessa dívida, aumentando a sua capacidade de endividamento, e logo, a sua capacidade de intervenção para mudar a situação terrível da falta de esgoto. Porque de água tratada estamos bem servidos em quase todo o Paraná.

Senhores deputados, agradeço a oportunidade. Agradeço o apoio que tive desta Casa nos últimos anos.

Com vocês deixo o compromisso da campanha eleitoral, o compromisso da Carta de Puebla, o compromisso da opção preferencial pelos pobres, que significa a opção pelo emprego; a opção pelas empresas que dão emprego ao povo do Paraná e do Brasil. A opção que não foi um compromisso de campanha, muito menos uma promessa, que foi uma diretriz jurada por todas as forças políticas que me apoiaram no segundo turno.

Muito obrigado!

(O Coral Canta - “Sou Paranaense”)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos participar aos ilustres parlamentares e aos nossos queridos visitantes que hoje pela manhã o governador encaminhou também a esta Casa o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público do Estado do Paraná.

Antes de encerrar a presente Sessão, esta presidência deseja expressar seu mais profundo agradecimento pela presença das autoridades civis, militares, eclesiásticas e representativas do corpo consular, bem como os demais presentes que aqui compareceram, honrando e dignificando este Poder Legislativo.

Solicito à Comissão anteriormente designada, para que acompanhem S. Exa., senhor Roberto Requião, durante a sua permanência nesta Casa de Leis.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná a ser cantado pelo Coral Paraná e executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná, após o que estará encerrada a presente Sessão.

(Execução do Hino do Paraná)

Levanta-se a Sessão.